

## O papel do estado no desenvolvimento econômico: uma análise histórica

### The state's role in economic development: a historical analysis

DOI: 10.55905/rcssv12n5-010

Received on: August 21<sup>st</sup>, 2023

Accepted on: September 18<sup>th</sup>, 2023

#### **Antônio Cláudio Cazarine Filho**

Mestrando em Direito Político e Econômico

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Endereço: Rua da Consolação, 930, Consolação, São Paulo - SP, CEP: 01302-907

E-mail: antonio\_cazarine@hotmail.com

#### **Fernando Gabriel Carvalho e Silva**

Mestrando em Direito Político e Econômico

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Endereço: Rua da Consolação, 930, Consolação, São Paulo - SP, CEP: 01302-907

E-mail: fg.carvalhoesilva@gmail.com

#### **Luis Gustavo Liberato Tizzo**

Doutorando em Direito Político e Econômico

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Endereço: Rua da Consolação, 930, Consolação, São Paulo, SP, CEP: 01302-907

E-mail: professortizzo@gmail.com

### **RESUMO**

O texto insinua que este papel tem uma história registrada desde o fim do feudalismo. Ao longo dos séculos, o governo tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico e para a transformação das comunidades. A análise tem como núcleo a mudança do feudalismo para o capitalismo, e examina as diferentes maneiras como os estados têm feito para desenvolver a economia. Tem sido debatido o mercantilismo, o liberalismo econômico e o keynesianismo, todos os quais expressam diferentes conceitos sobre a função do Estado na economia. Os exemplos históricos importantes, como a Revolução Industrial na Inglaterra e o New Deal nos EUA, são estudados para provar as táticas usadas pelas nações para estimular a desenvolvimento e combater problemas econômicos. O texto também examina a influência do governo no crescimento econômico em nações em desenvolvimento e divulga exemplos como o Japão pós-Segunda Guerra Mundial e os "Tigres Asiáticos". Além disso, os problemas atuais das nações em desenvolvimento, como a globalização, as transformações tecnológicas e as preocupações com a sustentabilidade, são debatidas. O texto termina sugerindo que a abordagem em questão é importante e está sujeita a uma série de mudanças, o Estado será um ajudante, para promover uma atmosfera que encoraje a economia, inove e garanta a paridade social.

**Palavras-chave:** estado, desenvolvimento econômico, história, políticas públicas, intervenção estatal.

## ABSTRACT

The text implies that this role has a recorded history since the end of feudalism. Over the centuries, government has been instrumental in economic development and the transformation of communities. The analysis is centered on the shift from feudalism to capitalism, and examines the different ways in which states have developed the economy. Mercantilism, economic liberalism, and Keynesianism have been debated, all of which express different concepts about the role of the state in the economy. Important historical examples, such as the Industrial Revolution in England and the New Deal in the US, are studied to prove the tactics used by nations to stimulate development and combat economic problems. The text also examines the influence of government on economic growth in developing nations and provides examples such as post-World War II Japan and the "Asian Tigers". In addition, current problems of developing nations, such as globalization, technological transformations and sustainability concerns, are discussed. The text ends by suggesting that the approach in question is important and subject to a series of changes, the State will be a helper, to promote an atmosphere that encourages the economy, innovates and guarantees social parity.

**Keywords:** state, economic development, history, public policies, state intervention.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico tem sido objeto de pesquisa e debate desde o início da história econômica moderna. Desde então, as discussões sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico têm sido amplas e controversas. A visão clássica do liberalismo econômico, baseada na ideia de que os mercados são autorregulados e que a intervenção do Estado nos mercados leva a ineficiências e distorções, é contestada pelos defensores do intervencionismo que apoiam a intervenção do Estado como forma de corrigir falhas de mercado e promover o desenvolvimento econômico.

Ao longo do tempo, as políticas adotadas pelos países variaram em sua relação com os mercados e na capacidade de promover o crescimento econômico. Por exemplo, na década de 1930, a Grande Depressão levou muitos governos a adotar políticas keynesianas e o Estado interveio fortemente na economia. Na década de 1980, com a ascensão do neoliberalismo, muitos governos adotaram políticas de liberalização e desregulamentação, reduzindo a intervenção do Estado na economia.

Nesse contexto, a análise histórica do papel do Estado no desenvolvimento econômico forma a base para nossa compreensão das diferentes políticas que os países adotaram ao longo do tempo e seu impacto na economia. Este artigo tem como objetivo realizar uma análise histórica do papel do Estado no desenvolvimento econômico, analisando as políticas adotadas por países nas dinastias passadas, inclusive o Brasil, e

explorar a relação entre o papel do Estado e o crescimento econômico. Ao final, será apresentado de forma mais detalhada a intervenção estatal na econômica em Singapura, um caso considerado de sucesso pelos economistas que adotam a linha intervencionista.

## **2 BREVE HISTÓRIA DO PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

O papel do Estado no desenvolvimento econômico tem sido objeto de pesquisa e debate na história econômica moderna. Do liberalismo clássico ao neoliberalismo, os países adotaram políticas que variam em sua relação com os mercados e em sua capacidade de promover o crescimento econômico.

Essa atuação do estado junto ao mercado remonta de forma mais significativa os anos de 1485 até 1509 com a unificação dos feudos e o surgimento dos primeiros estados nações e o conceito de nacionalidade.

A partir do ano de 1776, com a publicação da obra “A riqueza das nações, de Adam Smith, iniciou-se um movimento constitucionalista com base nos ideais do liberalismo econômico, que refletiu fortemente nas constituições brasileiras de 1824 e 1891. Entretanto, ainda assim existiria o papel do estado para garantir a liberdade de mercado, inclusive fornecendo a proteção necessária ao indivíduo do âmbito comercial.

A resposta ao liberalismo surgiu especialmente com Karl Marx e os ideais socialistas, inclusive a partir de 1917 com a constituição mexicana e 1919 com a constituição de Weimar, ambas com forte apego a ideia de direitos sociais a serem conferidos pelo Estado, o Estado de bem-estar social.

Já na década de 1930, a Grande Depressão levou muitos governos a adotar políticas keynesianas e o Estado interveio fortemente na economia para recuperá-las. Essas políticas se baseiam na ideia de que os mercados não podem se autorregular e que a intervenção do Estado na economia pode corrigir falhas de mercado e induzir o desenvolvimento econômico (RODRIGUES, 2010).

Na década de 1980, com a ascensão do neoliberalismo, especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos, com Thatcher e Reagan, respectivamente, muitos governos adotaram políticas de liberalização e desregulamentação, reduzindo drasticamente a intervenção do Estado na economia. A ideia seria de que os mercados seriam capazes de se autorregular pela oferta e demanda dos consumidores e fornecedores, enquanto a

intervenção do Estado levaria a ineficiências e distorções. (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2012).

Deve-se ressaltar, no entanto, que mesmo em períodos de políticas mais liberais, o Estado sempre desempenhou um papel importante no desenvolvimento econômico. Isso pode ser observado em países como os Estados Unidos, onde o governo tem papel fundamental no desenvolvimento de infraestrutura e tecnologia, além de investir em educação e pesquisa (RODRIK, 2015).

### 3 O ESTADO INTERVENCIONISTA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A relação entre o Estado e o mercado na promoção do crescimento econômico tem sido objeto de intenso debate na literatura político-econômica. Por um lado, existem os defensores do *laissez-faire*, que acreditam que os mercados devem operar livremente sem interferência do Estado. Por outro lado, existem os defensores da intervenção do Estado, que, em diferentes graus, acreditam que o Estado pode corrigir falhas de mercado e promover o desenvolvimento econômico. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2013).

Segundo Aprigio Gomes (2022):

Existem teóricos, como Kalecki (1966 [1993]) e Myrdal (1965), que se opõem à visão de Estado mínimo, afirmando que a atuação do Estado é fundamental para alcançar níveis mais altos de desenvolvimento. Acredita-se que um Estado planejador e, eventualmente empreendedor, aliado do capital privado é fundamental para alcançar o desenvolvimento econômico e social.

Uma das principais vantagens da intervenção do Estado na economia é sua capacidade de induzir o investimento em infraestrutura e tecnologia, garantindo a estabilidade macroeconômica e promovendo a igualdade social. (STIGLITZ, 2013). Além disso, o estado pode incentivar o setor privado a investir em áreas economicamente pouco atraentes, mas importantes para o desenvolvimento econômico, como pesquisa e desenvolvimento (RODRIK, 2007).

Por outro lado, a intervenção do Estado também pode levar a ineficiências e distorções, como excesso de burocracia, corrupção e falta de incentivos para inovar e competir. (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2012). Além disso, a falta de transparência e responsabilidade pode levar a decisões políticas que favorecem grupos privilegiados que prejudicam o bem-estar social (ACEMOGLU; ROBINSON, 2013).

Portanto, as discussões sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico não são resolvidas com arremates simplistas e requerem uma análise cuidadosa dos prós e contras da intervenção estatal em diferentes contextos econômicos e sociais.

#### **4 O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO**

Ao longo dos anos, mas especialmente após a crise de 1929, o Estado brasileiro assumiu um importante papel no desenvolvimento de setores da economia nacional, atuando por meio de políticas monetárias e fiscais, mas também fomentando e estruturando a base industrial com a criação de empresas estatais, bem como através da formulação de políticas econômicas e sociais, fornecimento de crédito de longo prazo e investimentos diretos (Antunes, 2015). Conforme explica Simon (1985), a “participação do Estado na economia Brasileira não é recente pois desde o século XIX verifica-se suas primeiras incursões”.

Na era colonial, vigorava um sistema pré-capitalista de produção, onde o Estado atuava fortemente na economia e de forma centralizada, atendendo, sobretudo, os interesses da burguesia mercantil para que esta forneça para a metrópole as suas necessidades comerciais, tais quais pau-brasil, açúcar e ouro. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 31).

No império e nos primeiros anos da República, o Estado brasileiro assumiu características não intervencionista, limitando-se a cobrança de impostos, especialmente sobre importações, para financiar a máquina estatal (Antunes, 2015). Não é à toa que esse período é chamado de “libertação econômica” por Caio Prado Júnior (2006).

No campo industrial, segundo Roberto Simonsen (1973, p. 14):

Em torno de 1850, contava o país com pouco mais de 50 estabelecimentos industriais, incluindo algumas dezenas de salineiras. Há referências a 2 fábricas de tecidos, 10 de indústrias de alimentação, 2 de caixas e caixões, 5 de pequena metalurgia, 7 de produtos químicos, nas quais estavam empregados capitais no valor de mais de 7 mil contos, que, ao câmbio de então, representavam cerca de 780.000 libras esterlinas.

Ainda no século XIX o Estado brasileiro passou a atuar no campo empresarial, sobretudo financeiro com a criação do Banco do Brasil, acentuando-se no século XX, com a atuação estatal também nos setores de transporte e serviços portuários. O Estado brasileiro passou a atuar também no setor de comércio exterior, especialmente de forma

a valorizar o principal produto de exportação, qual seja, o café. Segunda Antunes (2015), “a política do café abrangia a estabilização de preços, política alfandegária, formação de estoque regulador, infraestrutura portuária e de transporte”, além da política migratória com vista a proporcionar mão-de-obra para as lavouras brasileiras.

Conclui-se que, até fins da década de 20, a intervenção Estatal na economia brasileira foi incidental, sendo que a criação das empresas do governo resultou exclusivamente da encampação de ferrovias e portos, exceto no setor financeira (Simon, 1985).

Já na década de 30, especialmente em decorrência da quebra de 29, o Estado brasileiro passou a atuar na economia através de fomentos para a industrialização, especialmente para a produção de bens de consumo básicos, e a consequente substituição de importações, deixando a dinâmica econômica de estar presa à demanda externa (Antunes, 2015).

Ainda na década de 30 e até a década de 50, o Estado brasileiro adotou postura protecionista, aplicando taxas elevadas sobre a importação de bens, e ainda o controle direto das importações, impondo limites à capacidade de importação, com o intuito de forçar a industrialização nacional, controlando a concorrência com países já industrializados. Em relação ao café, o Estado passou a sustentar seu preço através da compra do excedente, contribuindo com o desenvolvimento industrial. De qualquer forma, a expansão do setor cafeeiro necessitava do avanço de uma indústria de bens e consumo, principalmente para sustentar a reprodução da força de trabalho, exigindo do Estado a interferência como financiador ou executor direto em infraestrutura, siderurgia e mineração (Antunes, 2015). Nesse período, especialmente na década de 40, que em razão também do nacionalismo do regime ditatorial de Vargas, que surgem empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce.

Segundo Sarmiento:

O papel de Vargas para a arrancada brasileira foi especial. Alguns autores chegam a citar que ele teve tal influência, que no modelo schumpeteriano lhe caberia os moldes de empreendedor. A descontar os exageros, a hipótese que o arranco necessita de um poder político dirigido por pessoas que impulsionem a modernização é verdadeira para o caso brasileiro. Antes de Vargas o Estado era tido como uma “terra de ninguém”<sup>461</sup>, sem unidade e entregue a disputas estaduais e distritais. Apesar da liquidação das instituições democráticas, ele direcionou, a despeito das disputas de grupos econômicos e políticos, a economia brasileira para saída de um estado estacionário que, segundo suas próprias conclusões<sup>462</sup>, não era mais do que um estado semi-colonial. (Sarmiento, 2008, p. 179).

É nesse período, também, que surgem as legislações trabalhistas, a fixação do salário-mínimo, e a regulação dos demais setores de produção.

É evidente que houve, portanto, entre a década de 1930 até 1950, uma intervenção consciente do Estado no mercado para o desenvolvimento de atividades industriais consideradas essenciais, e ainda por imperativos de segurança nacional e nacionalismo econômico (Simon, 1985).

Na década de 50 até início da década de 60 o Brasil experimentou a industrialização impulsionada pelo Estado. A intervenção do Estado na economia resultou, inclusive, em controle de preços de aluguéis, alimentos, combustível e outros, causando a distorção e escassez de alguns produtos.

Além da criação da Petrobrás, outro importante marco da atividade estatal brasileira da área econômica foi a criação do BNDES, com o intuito de financiar o desenvolvimento industrial nacional. Conforme explica Antunes (2015, p. 24):

A existência de instituições financeiras capazes de suprir créditos de longo prazo é quase uma condição *sine qua non* para a industrialização, principalmente para economias em desenvolvimento, pois as empresas privadas não possuíam condições para gerarem os fundos necessários para a dimensão dos investimentos requeridos. O BNDE foi fundado com a finalidade de conceder financiamento para o programa de crescimento e modernização da infraestrutura do país, como energia e transporte, e fomentar o desenvolvimento industrial, inicialmente concentrado nas indústrias de base, principalmente siderurgia, depois passando a financiar o investimento privado em praticamente todos os gêneros da indústria de transformação.

Outro importante marco da participação do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro nos anos 50 foi a criação do assim chamado Plano de Metas, com a participação direta do Estado na atividade empresarial ou articulando o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o governo a fim de criar condições para a instalação de novas empresas, sobretudo de bens de consumo duráveis.

Tem-se, ainda, conforme explica Simon (1985, p. 3), que:

O período 1956/62 caracterizou-se por um avanço do setor produtivo estatal (SPE) com a materialização de vários projetos de grande porte. Primeiramente, houve um estímulo ao estabelecimento de grandes empresas europeias nos mercados latino-americanos (antes considerados como campo americano), em razão da agressiva penetração de empresas americanas na Europa. Em segundo lugar, o governo apoiava a entrada de empresas estrangeiras através de investimentos no setor produtivo estatal e inversões públicas em infraestrutura (viária etc.). De outro lado, com o apoio financeiro do Estado e através de iniciativa privada nacional, viabilizou-se a montagem de vários subsetores fornecedores. Assim, novos grandes blocos de indústrias produtoras de bens duráveis de consumo foram implantados, e essa implantação, através de

subsidiárias de empresas estrangeiras, levou à formação de uma subestrutura de pequenos e médios fornecedores e distribuidores, com expressiva participação do capital privado nacional.

Já o início do período do regime militar, foi marcado por um ajuste conjuntural e estrutural da economia, no qual visava o combate a inflação, desequilíbrio da balança e estagnação econômica. Seguiu-se a esse período o conhecido “milagre econômico”, com grande crescimento do PIB liderado pelos setores de bens duráveis e bens de capital (Antunes, 2015), que resultou, naturalmente, em pressão inflacionária, que foi combatida com o surgimento do Plano de Ação Integrada do Governo que previa, também, reformas estruturais na economia, inclusive com o surgimento do Banco Central.

Sobre o PAEG, Simon (1985, p. 4) explica que o programa:

Acentuava a importância da manutenção, ou da recuperação das taxas de crescimento da economia. Para resolver o problema do balanço de pagamentos, como séria limitação ao crescimento, o programa propunha uma política de incentivos às exportações, uma opção pela internacionalização da economia, abrindo-a ao estrangeiro e procurando integrá-la aos centros financeiros internacionais.

Já em meados dos anos 70, o regime militar lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento com o objetivo de dar impulso a uma nova fase de crescimento econômico e diminuir a dependência brasileiro em relação ao setor externo. Conforme explica (Antunes, 2015, p. 26):

A estratégia do plano baseou-se no apoio à indústria de base, como as indústrias dos setores de bens de capital (material de transporte e máquinas e equipamentos mecânicos), bens intermediários e insumos básicos e priorizando o aumento da capacidade energética. Diante da proporção dos investimentos e do longo prazo de maturação dos mesmos, a viabilização do II PND dependia de fontes de financiamento público e externo, que foram realizados pelo BNDE, que tinha o objetivo de financiar os investimentos privados através de linhas especiais de crédito com juros subsidiados, e através dos investimentos públicos com o próprio recurso do orçamento obtidos com a cobrança de impostos e por empréstimos externos captados pelas empresas estatais. O II PND também se preocupou com a diversificação com a matriz energética do país com o desenvolvimento de fontes de energia alternativas aos derivados de petróleo, com ênfase no álcool combustível.

Com a execução do plano, foi possível expandir o setor metalúrgico, elétrico, químico entre outros, ao ponto de internalizar a produção de bens de capital e insumos industriais. De fato, um dos resultados negativos da política adotada pelo governo foi o aumento drástico do endividamento externo.

Conforme explicam Bonelli e Malan (1976, p. 363) um dos fatores endógenos que possibilitou o excelente desempenho da economia brasileira entre 1968 e 1973, foi a política governamental expansionista adotada nesse período, especialmente pela expansão do crédito ao consumo, tornando possível uma grande ampliação do endividamento familiar, o que permitiu uma grande elevação na produção de bens de consumo duráveis; facilidades de financiamento à construção residencial e aquisição de moradias pelo Sistema Financeiro de Habitação, possibilitando, também, um crescimento do setor de construção civil; facilidades e subsídios concedidos às exportações, particularmente de manufaturados, possibilitando seu crescimento acelerado até 1973; a aplicação de políticas monetária e fiscal expansionistas de porte clássico, que mantiveram elevado, em termos reais, o montante de dispêndio público e privado em consumo e em investimento.

A partir da década de 80, o papel do Estado brasileiro na economia tornou-se passivo, especialmente em decorrência do fato que o FMI exigiu uma política de ajuste interno e externo sob responsabilidade do setor público para realizar empréstimos ao governo brasileiro. Os juros reais foram mantidos em patamares superiores ao praticado no mercado externo, com o objetivo de atrair capital internacional e reduzir o déficit da conta corrente. Já em meados da década de 80, com a assunção ao poder do primeiro presidente civil pós regime militar, a política econômica do Estado voltou-se para o combate a inflação. É conhecido dessa época os planos Cruzado, Cruzado II, Plano Verão e, já na década de 90, os planos Collor I e Collor II.

No decorrer da década de 90, a participação do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro foi demasiadamente reduzida. As ações estatais tinham como objetivo a privatização das companhias estatais e (PND – Plano Nacional de Desestatização). Buscava-se com as privatizações uma diminuição da dívida pública nacional. Esse modelo durou até os anos 2000 com a retomada do incentivo governamental com os assim chamados Plano de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II).

Referidos planos tiveram como objetivo sobretudo acelerar o crescimento do investimento global da economia de forma sustentada, promovendo a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, permitindo eliminar gargalos ao crescimento, estimulando

investimentos privados e aumentando a produtividade das empresas, além de melhorar as condições de vida da população brasileira (Antunes, 2015).

## 5 ESTUDO DE CASO: A ATUAÇÃO DO ESTADO EM SINGAPURA

É interessante uma breve análise do papel do Estado no desenvolvimento econômico de Singapura, pois este país é um dos poucos exemplos de ex-colônias que obtiveram êxito em que pese o tardio desenvolvimento econômico e industrial.

A independência de Singapura do Reino Unido foi declarada apenas em 03 de junho de 1959, sendo que o país fez parte de uma federação com a Malásia entre 1963 e 1965. O processo de desenvolvimento econômico de Singapura, com participação do Estado na indução à industrialização teve início apenas com a independência do país (APRIGIO GOMES, 2022). A industrialização do país era a única forma de se desenvolver economicamente, tendo em vista que as suas ínfimas quantidade de terras tornava o país absolutamente incapaz de produzir matérias primas para exportação.

Conforme explica Aprigio Gomes (2022, p. 17), com o controle do Estado centralizado nas mãos do Partido da Ação Popular (PAP), tendo o mesmo primeiro-ministro entre 1959 e 1990, o governo conseguiu complementar e fortalecer instituições como o *Economic Development Board*, que nada mais é do que uma agência governamental responsável pela estratégia de crescimento econômico do país<sup>1</sup>, especialmente da melhora a posição de Singapura como um centro global de negócios, inovação e talento. Eis a primeira atuação do Estado na coordenação do desenvolvimento econômico.

Conforme explica Bertoglio:

Nos primeiros anos de desenvolvimento de Cingapura, o governo teve papel fundamental na implementação de políticas estratégicas para alterar o quadro econômico que havia sido instaurado antes de independência do País. Havia um grande grupo de trabalhadores pouco qualificados, altos níveis de desemprego e pobreza, e juntamente com a baixa disponibilidade de recursos naturais, as opções de desenvolvimento eram limitadas. O governo não mediu esforços para criar uma indústria pujante capaz de reverter a situação. A produção direcionada ao mercado internacional foi responsável por boa parte da criação da renda bruta do país, e permanece até os anos recentes como característica fundamental para obtenção êxito econômico (2015, p. 26).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.edb.gov.sg/en/about-edb/who-we-are.html>. Consultado em: 13 de junho de 2023.

Um ponto que merece destaque é a infraestrutura criada na pequena cidade-estado e deixada pelos colonizadores britânicos, que facilitou a escolha das industriais pelo país no início da globalização nos anos 60. Ainda que construída pelos colonizadores, a infraestrutura foi financiada por capital público, portanto, atuação estatal direta (Wong, 2000). O Estado esteve presente em todo o ciclo de desenvolvimento de Singapura, ou planejando e ora executando diretamente a política econômico. O governo de Singapura conscientemente buscou atrair indústrias com foco em mão-de-obra e exportação por meio de incentivos como redução de tarifa de importação de maquinário industrial, além de redução de impostos sobre o lucro de empresas exportadoras. Segundo Aprigio Gomes:

O Estado se aliou ao capital privado internacional a fim de promover o desenvolvimento. O esforço e comprometimento foi com o projeto de desenvolvimento, não se mantendo preso a correntes de pensamento específicas. Diferentes ideias foram adotadas e adaptadas conforme o cenário interno e externo se alterava, com o objetivo de promover não apenas aumentos de renda, mas garantir um papel de destaque na economia global. (APRIGIO GOMES, 2022, p. 19).

O processo inicial de industrialização de Singapura, segundo Bertoglio:

Se deve ao fato de que questões institucionais contribuem expressivamente para a entrada de investimento estrangeiro direto, incluindo um sistema de impostos apropriado para o empresariado, estabilidade econômica e infraestrutura básica para produção e comercialização. (2015, p. 30).

Já na década de 70, após forte investimento público em educação, iniciou-se a segunda etapa do desenvolvimento industrial de Singapura. A indústria de mão-de-obra foi abandonada, dando espaço para a indústria de capital e de alto valor agregado, tornando o país um exportador de bens e assumindo um novo papel no cenário internacional (APRIGIO GOMES, 2022, p. 20).

A partir da década de 1980, houve a consolidação da indústria de alta tecnologia, especialmente indústria de eletrônicos, química e farmacêutica, além do desenvolvimento dos serviços financeiros, tornando o país um polo para a alocação em outras econômicas, sobretudo da região (APRIGIO GOMES, 2022, p. 20). Esse desenvolvimento e consolidação das indústrias e dos serviços financeiros vieram acompanhado de políticas governamentais para melhora da educação, nos salários e novos incentivos industriais, com o propósito de garantir o aumento e a melhor distribuição da renda.

Ainda sobre os serviços financeiros, explica Bertoglio que:

A mão do Estado pode ser detectada durante toda a construção do mercado financeiro de Cingapura. O controle monetário, bem como a introdução de uma estrutura fiscal internacionalmente competitiva, possibilitou a formação de um sistema financeiro sólido e eficiente, amplamente por políticas de governança corporativa e regulação de forma transparente. (BERTOGLIO, 2015, p. 31).

Com o forte desenvolvimento econômico houve um rígido controle da inflação, com superávits recorrentes e desnecessidade de crédito internacional para financiamento. A expansão monetária foi controlada e o crescimento local mantido.

É evidente que o desenvolvimento de Singapura deve-se às ações levada a cabo pelo Estado, que contribuíram para a expansão e distribuição da riqueza. Esse intervencionismo econômico estatal em Singapura é facilmente identificado em três áreas, quais sejam, mercado de trabalho, tributação e incentivos fiscais, e empresas estatais. Isso não impediu um forte investimento privado, mas, por outro lado, garantiu um direcionamento por parte do Estado desses investimentos para possibilitar e manter um crescimento econômico consistente e resiliente às crises (BERTOGLIO, 2015, p. 28). Apesar dessa intervenção estatal, Singapura é o país com maior liberdade econômica do mundo, segundo a Heritage Foundation<sup>2</sup>.

O modelo de estado assumido por Singapura é o desenvolvimentista, que assim como os demais tigres asiáticos, buscam priorizar a obtenção de taxas elevadas e sustentadas de crescimento econômico, para alcançar rapidamente os países desenvolvidos. Os investimentos estatais são consideravelmente altos em relação ao PIB, garantindo uma estrutura de produção para atividades de maior produtividade, além da coordenação do Estado para recuperar e promover alguns setores e funções à frente de outros, por meio de empresas estatais ou condução de agentes privados e, por fim, o incentivo estatal as exportações, garantido o retorno para ao gente privado em um país que possui restrição de consumo privado e, ao mesmo tempo, a coordenação de uma política estatal que visa à substituição viável de importações, concentrado o câmbio nas importações de bens de capital, intermediários e matérias primas, mas não de bens de consumo, por meio de uma política comercial administrada (WADE, 2018, p. 128-129).

Portanto, o notável exemplo de Singapura demonstra que é viável que um país que já foi colônia e que, a época da independência, possuía uma economia subdesenvolvida, alcance níveis elevados de desenvolvimento socioeconômico. A modernização do país se deu sobretudo por meio de alianças de políticas públicas com o investimento de agentes

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.heritage.org/index/ranking>. Acesso em: 13 de jun. de 2023.

privados internacionais, cabendo ao Estado o papel de condutor neste processo (APRIGIO GOMES, 2022, p. 28). Sintetizando nas palavras de Ha-Joon Chang: “Um país que se desenvolveu com setores estatais foi Taiwan e Singapura. Eles têm setores estatais enormes – não dizem isso para ninguém, mas é assim que fazem.” (CHANG, 2006)

## 6 CONCLUSÃO

Ao longo da evolução humana é perceptível que a função do Estado no desenvolvimento da economia é essencial e tem sido modificada dependendo das exigências e problemas enfrentados pelas sociedades. A partir do fim do feudalismo, podemos ver diferentes métodos utilizados pelas nações para estimular o desenvolvimento econômico.

Desde o mercantilismo até o liberalismo econômico e o keynesianismo, nota-se que o Estado tem se envolvido ativamente na criação de políticas, regras e investimentos com o objetivo de impulsionar as áreas-chave da economia. Os exemplos históricos como a Segunda Guerra Mundial na Inglaterra e o New Deal nos EUA demonstram que a interferência do estado tem um grande efeito sobre a economia. Em nações em desenvolvimento, o governo teve um papel importante na transformação da economia e da sociedade. O Japão nos anos 1950 e os "Tigres Asiáticos" são boas representações da forma como a interferência do Estado para fomentar a infraestrutura, educar a população e orientar a indústria teve como resultados o crescimento econômico e um aumento da qualidade de vida da população.

No entanto, as dificuldades atuais pedem uma abordagem consistente. Com a globalização, os avanços na tecnologia e as preocupações com a sustentabilidade, o governo precisa tornar-se um ajudante e criar um ambiente que seja benéfico para o desenvolvimento da economia. Isso envolve estimular a inovação, promover a competitividade, garantir a inclusão social e adotar políticas sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty. New York: Crown Publishing, 2013.

ANTUNES, F. DA S. A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO ESTADO NA ATIVIDADE ECONÔMICA. **A Economia em Revista - AERE**, v. 22, n. 1, p. 15-30, 23 nov. 2015.

APRIGIO GOMES, GUSTAVO MOLINA. O papel do Estado no processo de desenvolvimento tardio: análise do caso de Singapura. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/236179>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BERTOGLIO, Lucas Peter. Análise dos fatores de crescimento de Cingapura de 1960 a 2010. 2015. 48 f. Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140425>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BONELLI, R. & MALAN, P.S. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 1976.

CHANG, Há-Joon. **Países ricos estão "chutando a escada" pela qual subiram, acredita economista.** [Entrevista concedida a] André Deak e Daniel Merli. Agência Brasil. 15/04/2006. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-04-15/paises-ricos-estao-chutando-escada-pela-qual-subiram-acredita-economista>. Acesso em 11/07/2023

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. Economia Internacional: Teoria e Política. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MELLO, L. M. M. J. de. O papel do Estado e suas relações com o mercado no desenvolvimento das economias capitalistas. **Economia e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 31, p. e13, 2019. DOI: 10.5902/1414650938335. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/38335>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MOTA NETO, José de Andrade. Contexto histórico da intervenção do estado no domínio econômico e a Constituição de 1988. 2017. Disponível em: Contexto histórico da intervenção do estado no domínio econômico e a Constituição de 1988. Acesso em: 13 jun. 2023.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, R. A. F. História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIK, D. One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions, and Economic Growth. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SARMENTO, Alexandre Dellamura. Etapas do desenvolvimento econômico no Brasil – Um exercício Rostowiano. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Econômica) Universidade de São Paulo. USP. 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09092009->

161439/publico/ALEXANDRE\_DELLAMURA\_SARMENTO.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

SIMON, Elias José. A participação do estado na economia brasileira: subsídios para o debate Autores. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 11, p. 1-11, 31 ago. 2009. Publicado originalmente em formato físico em 1985. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1842>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Simonsen, R. C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

STIGLITZ, J. E. The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future. New York: W. W. Norton & Company, 2013.

WADE, Robert. O Estado desenvolvimentista. Vivo ou morto?. **Desenvolvimento em Debate**, v. 6, n. 2, p. 121-151. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/32169>. Acesso em 13 jun. 2023.

WONG, T. **The transition from physical infrastructure to infostructure:** infrastructure as a modernizing agent in Singapore. *GeoJournal*, 49(3), p. 279- 288. 1999.